CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE N° 1300/66 (Reautuado em 08/01/87)

Interessada: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jahu

Assunto : Alteração Regimental

Relator : Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Parecer CEE n° 1757/87 Aprovado em 02/12/87

CONSELHO PLENO

1. Histórico:

A direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jahu encaminha à apreciação deste Conselho as novas estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia e suas habilitações de letras, de História e de Geografia, elaboradas em atendimento às exigências da Deliberação CEE n° 20/86 (duração da hora/aula: 50 minutos), servindo-se da oportunidade para melhorar os conteúdos curriculares à especificidade de cada curso.

Solicita, ainda, alterações no Parágrafo único do Art. 92 nos artigos 125 a 134, a fim de atualizar o documento no que se refere aos órgãos de representação estudantil no ensino superior e representação discente junto aos órgãos colegiados acadêmicos.

2. Fundamentação:

As alterações foram aprovadas pelos órgãos colegiados acadêmicos da Faculdade, sendo as mais significativas: aumento da duração do curso de Pedagogia que de três passará para quatro anos letivos e a mudança do módulo (semana) 30 para 32 (trinta e duas) semanas.

O pedido foi elaborada atendendo às normas da Deliberação CEE N° 34/75, e os artigos alterados ficarão como segue:

REGIMENTO EM VIGOR DA FREQUÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Artigo 92 - Parágrafo Único

É considerado aprovado na atividade decolar Educação Física, o aluno que ao concluir o Curso de Graduação em que está matriculado, haja comparecido, pelo menos a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas previstas para a disciplina em cada série do referido curso.

ALTERAÇÃO PROPOSTA DA FREQUÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA I

Artigo 92 - Parágrafo Único

É considerado aprovado na atividade escolar Educação Física, o aluno que haja comparecido a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das aulas dadas para aquela disciplina, em cada série do referido curso.

Regimento em vigorSeção IIDos Direitos e Deveres

Artigo 125 São direitos do aluno regular:

I - receber ensino correspondente à série em que estiver matriculado;

II - ser atendido pelos professores a propósito de orientação sobre o programa, a bibliografia indicada e a matéria ministrada;

III - organizar o Diretório Acadêmico, observada a lei e o presente Regimento;

IV- concorrer às eleições para Integrar a direção do Diretório Acadêmico;

V - representar junto à Diretoria na defesa de seus legítimos direitos;

VI - recorrer, de acordo com o presente Regimento; das penalidades impostas.

Seção III

Artigo 129 - Os representantes discentes junto aos órgãos colegiados acadêmicos da Faculdade serão indicados pelo Diretório Acadêmico.

§ 1º - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado previsto neste Regimento.

Alterações PropostasSeção IIDos Direitos e Deveres

Artigo 125 - São direitos do aluno regular;

I - organizar Diretório Central des Estudantes de caráter científico, cívico, literário, esportivo a participar de suas atividades;

II - representar, junto aos Órgãos administrativos da Faculdade, na defesa da seus direitos, nos casos omissos neste Regimento;

III - defender-se em qualquer processo em que lhe seja imputada a prática de ato passível de penalidade;

IV - recorrer das penalidades dis ciplinares que lhes houverem sido impostas;

V - eleger os seus representantes nos órgãos colegiados da Faculdade;

VI - integrar os órgãos colegiados superiores.

Seção III

Artigo 129 - Os representantes dis centes junto aos órgãos colegiados acadêmicos da Faculdade, serão indicados pelo Diretório Central dos Estudantes.

§ 1º - mantido com a mesma redação.

§ 2º - Os representantes estudantis integrarão os colegiados acadêmicos na proporção de até 1/5 (um quinto) do total de seus membros e terão o mandato de um ano permitida uma recondução.

§ 3º - Os representantes estudantis terão suas designações efetivadas se preencherem os seguintes requisitos:

a- ser aluno regularmente matriculado;

b- estar cursando pelo menos três disciplinas no período letivo;

c- não estar cumprindo penalidade disciplinar,

§ 4º - O não preenchimento de quaisquer dos requisitos mencionados no parágrafo anterior, implicará na perda do mandato, em qualquer tempo. § 5º - O exercício das funções de representante discente não o exime do cumprimento dos atos escolares.

Artigo 130 - A representação estudantil tem por objetivo:

I - encaminhar aos órgãos colegiados da Faculdade e ao Diretor, o pensamento e aspiração dos alunos sobre matéria relativa ao ensino em sua forma mais abrangente;

II - sugerir providências para a maior eficácia do ensino e da aprendizagem;

III - concorrer para o conagraçamento dos membros da comunidade escolar da Faculdade.

§ 2º os representantes estudantis, que deverão ser alunos regularmente

matriculados, integrarão os colegiados acadêmicos na proporção de até 1/5 (um quinto) do total dos membros e terão mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

§ 3º - Eliminado

"a", "b" e "c" - eliminados

§ 4º - Eliminado

§ 5º - Eliminado

Artigo 130 - Eliminado.

Seção IV

Do Diretório Acadêmico

Artigo 131 - Os alunos regulares da Faculdade consituirão nos termos da Lei Federal N° 6680, de outubro da 1979 e da Portaria do Ministério da Educação e Cultura n° 1104, de 31 de outubro de 1979, em Diretório Acadêmico.

§ 1° - A aprovação dos estatutos do Diretório Acadêmico é de Competência da Congregação da Faculdade.

§ 2° - Caberá ao Diretório Acadêmico, após a aprovação dos seus estatutos, indicar a representação estudantil junto aos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do artigo 138 e seus parágrafos, deste Regimento.

Artigo 132 - A forma de escolha da diretoria do Diretório Acadêmico terá;

a- por eleição direta e voto secreto;

b - por maioria simples

§ 1° - O mandato da diretoria será de um ano.

§ 2° - A eleição obedecerá ao seguinte, procedimento:

Seção IV

Dos órgãos de Representação Estudantil.

Artigo 130 - (Renumerado)- O conjunto dos estudantes da Faculdade terá como entidade representativa o Diretório Central dos Estudantes. (D.C.Es.)

§ 1° - A organização, o funcionamento e das atividades do Diretório Central dos Estudantes serão definidos em estatutos aprovados congresso estudantil.

§ 2° - Os alunos da cada curso terão direito à organização de Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos, como suas entidades representativas.

§ 3° - A organização, o funcionamento a as atividades dos Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos serão estabelecidos em seus estatutos aprovados em Assembléia Geral.

§ 4° - Compete aos Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos a indicação da representação discente junto aos órgãos colegiados do curso.

Artigo 131 - Eliminado

"a" e "b" - Eliminados

§ 1° - Eliminado

§ 2° - Eliminado

- a- registro prévio dos candidatos
- b- realização dentro do recinto da Faculdade;
- c- identificação do estudante;
- d- garantia do sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;
- e- apuração imediata após o término da votação.

"a" - Eliminado
b, c, d, e - Eliminados

§ 3º - O acompanhamento de todo o processo eleitoral caberá a uma comissão constituída de docentes e estudantes da Faculdade, sob presidência do Vice-Diretor.

§ 3º - Eliminado.

Artigo 133 - Caberá ao Diretório Acadêmico:

I - defender os legítimos interesses dos estudantes;

II - promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos: discente, docente, e administrativo;

III - observar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material da Instituição e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;

IV - indicar a representação estudantil nos órgãos colegiados da Faculdade;

V- organizar reuniões e certamente de caráter cívico, desportivo, social, cultural, científico, técnico, artístico visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária.

VI - realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres.

Artigo 131 (Renumerado) - A representação estudantil terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas as atividades político-partidárias.

Artigo 134 - Ao Diretorio é vedada participação ou representação em entidades alheias à própria Faculdade, bem como atividades politico-partidarias.

§ 1º - A participação ou representação do Diretório em qualquer entidade alheia à Faculdade ou o exercício de atividade político-partidária acarretarão a destituição de sua Diretoria.

§ 2º - Os membros do Diretório constituídos em função do parágrafo interior não poderão concorrer a prova eleição, ficando inabilitados por dois anos.

Artigo 135 - No caso de infringência do artigo anterior, caberá ao Diretor, por inquérito administrativo regular, destituir a Diretoria do Diretório Acadêmico e determinar se proceda a nova eleição dentro do prazo improrrogável de sessenta (60) dias, observadas as disposições legais. Parágrafo Único - Até a posse da nova Diretoria, ficará suspenso o funcionamento do Diretório. Artigo 136 - Caberá ao Diretório Acadêmico fixar o valor da contribuição devida pelos respectivos estudantes.

Parágrafo Único - O Diretorio Acadêmico prestará contas de quaisquer recursos que lhe forem repassadas pela Faculdade.

Artigo 137 - Os candidatos aos cargos do Diretório Acadêmico somente terão seus registros deferidos se preencherem os requisitos referidos no artigo 130, § 3º, deste Regimento.

Artigo 132 - Eliminado

Artigo 132 - Eliminado

Parágrafo Único - O não preenchimento da qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará na perda do mandato. Nesse caso, será realizada a eleição para o preenchimento da vaga nos termos deste Regimento.

Artigo 138 - Os dirigentes do Diretório são obrigados a prestar contas de sua gestão financeira na forma prevista nos estatutos sociais e sob as penas nos mesmos previstos.

Parágrafo Único - A não aprovação das contas de que trata o artigo 136, parágrafo único, por dolo em vícios formais devidamente aprovados, assegurado o direito de defesa, importará em inelegibilidade dos membros do Diretório Acadêmico e órgãos colegiados da Faculdade; além das sanções referidas no Código Penal.

Artigo 132 - Eliminado

Todos os Artigos subsequentes sofrerão nova renumeração a partir, do artigo 130, subindo 01 item na respectiva escala numérica.

Pelo Parecer CEE Nº 964/87, de 27.5.87, foi eliminado o Art. 107, recebendo o Art. 108 o Nº 107 e assim, em sequência, todos os demais artigos receberam nova numeração.

Com as alterações que se processam, agora, são excluídos os artigos 130, 132, 134, 135, 136, 137 e 138, sendo remunerados, a partir do Art. 130, todos os outros.

O Regimento em vigor, aprovado pelo Parecer CEE Nº 194/80 e alterado pelos Pareceres 1588/85 e 964/87, com 160 artigos passará a ter, com a eliminação de sete deles, 153 artigos.

Nas novas estruturas curriculares algumas disciplinas foram eliminadas, outras tiveram sua carga horária, ampliada ou reduzida, ou transferida de um para outro ano, numa acomodação segundo as

Entretanto, foram mantidas todas as disciplinas do currículo mínimo e o tempo de duração mínima fixado, para cada curso, pelo Conselho Federal de Educação, está de acordo.

A Resolução CFE N° 1, de 17.01.72, fixou para os cursos Pedagogia, Letras, História e Geografia o mínimo de 2.200 horas de atividades, com duração mínima de 3 anos.

A duração desses cursos na Faculdade, é de 4 anos e as horas de atividades ultrapassam as fixadas.

3. Conclusão:

Aprovam-se as alterações regimentais propostas pela Faculdade de Filosofia Ciências e letras de Jahu, mantida pela Fundação Educacional de Jahu.

Aplique-se, no que couber, a Deliberação CEE N° 34/75.

São Paulo, 23 de outubro de 1987

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de dezembro de 1987

a) Cons^o FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Vice-Presidente no exercício da
Presidência